

RECURSO ESPECIAL Nº 1.782.903 - SP (2018/0297025-4)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA - SP110862
LEONARDO AUGUSTO ANDRADE E OUTRO(S) - SP220925
ALDO RENATO CALABRO - SP252715
RECORRIDO : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : RICARDO LUIZ HIDEKI NISHIZAKI - SP180163
JOSÉ PAULO SISTEROLLI BATISTA E OUTRO(S) - SP352510
AGRAVADO : BANCO SANTANDER BRASIL S/A
ADVOGADOS : RUBENS JOSE NOVAKOSKI F VELLOZA - SP110862
LEONARDO AUGUSTO ANDRADE E OUTRO(S) - SP220925
ALDO RENATO CALABRO - SP252715

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo Município de São Paulo contra decisão da Corte de origem que não admitiu o recurso especial.

É o relatório. Decido.

Nos termos do que dispõem os artigos 932, III, do CPC/2015 e 253, parágrafo único, I, do RI/STJ (redação dada pela Emenda Regimental n. 22, de 2016), compete ao agravante impugnar especificamente os fundamentos da decisão que obstou o recurso especial na origem.

Assim, além da manifestação do inconformismo, inerente ao ato de irresignação, impõe-se ao recorrente o ônus de contrapor-se, de forma clara e específica, aos fundamentos da decisão agravada, conforme determina a lei processual civil e o princípio da dialeticidade.

Com efeito, encontra-se consolidado nesta Corte o entendimento de que incumbe ao agravante infirmar, especificamente, todos os fundamentos da decisão que não admitiu o processamento do recurso especial. A propósito: EAREsp 701.404/SC, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Rel. p/ Acórdão Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe 30/11/2018.

No caso dos autos, a decisão de não admissão do recurso especial contém os seguintes fundamentos: (a) impossibilidade de se arguir violação a atos normativos secundários; e (b) Súmula 7/STJ.

Ocorre que o agravante não impugnou, especificamente, a aplicação da súmula 7/STJ, haja vista apenas assentar genericamente que "*O que pretendeu o Município é a revisão eminentemente jurídica do posicionamento firmado pelo acórdão recorrido*".

Documento: 100375090

Página 1 de 2

Superior Tribunal de Justiça

[...]" (fl. 5281), omitindo-se em apontar, precisamente, a existência de possíveis fatos incontroversos ou de que outra forma o pleito não revolveria reexame de provas, o que acarreta o não conhecimento do agravo.

Nesse sentido: AgInt no AREsp 1.276.237/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 19/12/2018; AgInt no AREsp 718.118/MT, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 18/12/2018; AgInt no AREsp 1.345.064/SP, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 13/12/2018.

Caso tenham sido fixados honorários sucumbenciais anteriormente pelas instâncias ordinárias na vigência do CPC/2015, majoro em 10% os honorários advocatícios, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (§ 3º do artigo 98 do CPC/2015).

Ante o exposto, **não conheço** do agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator